

EDUCAÇÃO E TRABALHO: UMA ANÁLISE DO PRONATEC NO CAMPUS PORTO VELHO CALAMA DO INSTITUTO FEDERAL DE RONDÔNIA.

Xênia de Castro Barbosa¹
 Alexandre Santos de Oliveira²
 Domingos Perpétuo Alves Soares³

RESUMO

Este artigo tem por escopo contribuir para a reflexão acerca da relação Educação e Trabalho no Brasil, com foco no estudo do Pronatec, programa educacional concebido em 2011, que alcançou ampla capilaridade no território nacional, mas que é eivado de equívocos, os quais foram interpretados como indícios significativos do pensamento e atuação do Estado brasileiro frente à Educação Profissional e à questão do trabalho. A pesquisa ora comunicada teve como objetivo geral tecer considerações sobre a relação Educação e Trabalho no Brasil, e como objetivo específico avaliar o desenvolvimento do Pronatec no Campus Porto Velho Calama. O estudo teve objetivo exploratório e foi conduzido com o suporte do método documental (GIL, 2002, PÁDUA, 1997). As análises e inferências contaram com o suporte teórico de Kuenzer (1989, 2006), Kuenzer e Grabowski (2006), Frigotto (2006) e Silva (2015), dentre outros. Os resultados indicaram que o Pronatec é uma política de governo que expressa ruptura com a concepção e a política educacional que vinha sendo efetivada no governo do presidente Luis Inácio Lula da Silva, e que essa novel política pública reproduz a dualidade estrutural histórica que assinala a Educação pública no Brasil.

Palavras-chave: Pronatec. Dualidade. Trabalho. Educação.

ABSTRACT

This article aims to contribute to the reflection about the relation Education and Work in Brazil, focusing on the study of Pronatec, an educational program conceived in 2011, which reached wide capillarity in the national territory, but which is influenced by misunderstandings, which were interpreted as significant indications of the Brazilian State's thinking and action in relation to Professional Education and to the issue of work. The general objective of this research was to consider the relationship between Education and Labor in Brazil and to evaluate the development of Pronatec in the Porto Velho Calama Campus. The study had an exploratory objective and was conducted with the support of the documentary method (GIL, 2002, PÁDUA, 1997). Kuenzer (1989, 2006), Kuenzer and Grabowski (2006), Frigotto (2006) and Silva (2015), among others, were analyzed and inferred. The results indicated that Pronatec is a government policy that expresses a rupture with the conception and the educational policy that had been carried out under the government of President Luis Inacio Lula da Silva and that this novel public policy reproduces the historical structural duality that marks Education public in Brazil.

Keywords: Duality. Work. Education.

¹Doutora em Geografia pela UFPR. Docente do Programa de Mestrado em Rede Nacional em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT. E-mail: xenia.castro@ifro.edu.br

²Doutor em Designe pela PUC-RJ. Instituto. Docente do Programa de Mestrado em Rede Nacional em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT/IFRO. E-mail: alexandre.oliveira@ifro.edu.br

³Mestre em Educação pela UNIR. Pedagogo do IFRO – Campus Porto Velho Calama. E-mail: domingos.soares@ifro.edu.br

1 INTRODUÇÃO

A Educação brasileira tem sido inscrita, desde os seus dias mais remotos, sob o signo da dualidade. De um lado há os esforços do Estado em ofertar educação superior para a formação das elites que assumirão as funções de liderança no país, de outro, há o compromisso desse mesmo Estado em assumir custos com a formação da mão-de-obra trabalhadora, de modo a ratificar seu pacto com as elites e com o modelo de capitalismo *sui generis* desenvolvido no Brasil.

O estímulo ao trabalho e à formação profissional tem sido direcionado sistematicamente às classes mais baixas, sendo apresentado, muitas vezes, como “destino”: a única possibilidade de ser dos mais pobres. Esse estímulo costuma ser também colorido com a possibilidade de ascensão socioeconômica, expressa na retórica da “mudança de vida”.

Na seara das políticas públicas educacionais voltadas à classe trabalhadora optamos por analisar o Pronatec, em função do número expressivo de jovens e adultos que ele conseguiu formar em seus cursos: mais de oito milhões de formados, e das polêmicas concernentes à qualidade e aos limites dessa formação.

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC, instituído pela Lei n. 12.513, de 26 de outubro de 2011 (BRASIL, 2011) é mais uma política pública emblemática desse modo de proceder do Estado brasileiro frente à educação, todavia, dado seu escopo, sua forma de constituição e significado político, trata-se de um programa que merece avaliações mais aprofundadas, seja em âmbito local, seja em seu conjunto na escala nacional.

Este artigo almeja contribuir com reflexão acerca da relação educação e trabalho historicamente delineada no Brasil, tomando por foco a análise do Pronatec no Campus Porto Velho Calama do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO. Trata-se de estudo desenvolvido no âmbito do Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica do IFRO – ProfEPT, na linha de pesquisa Práticas Educativas em Educação Profissional, com o objetivo de mapear as práticas pedagógicas em EPT desenvolvidas na referida unidade.

Embora o PRONATEC tenha sido alvo de centenas de estudos, nas mais diversas abordagens e campos do conhecimento é salutar que as instituições ofertantes avaliem suas

práticas de modo a colaborar com a sistematização de análises acerca desta política pública, uma vez que o conhecimento das experiências locais é relevante para a avaliação e tomada de decisões por parte dos gestores do programa.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa aqui apresentada teve objetivo exploratório – de aproximação inicial ao problema e foi desenvolvida em abordagem qualitativa, com base no método da pesquisa documental (GIL, 2002, PÁDUA, 1997), que considera documentos diversos para fins de elucidação de problemas sociais postos à pesquisa científica. No campo educacional, a pesquisa documental tem se revelado recurso praticamente imprescindível, uma vez que esse campo é permeado de discursos e práticas amplamente documentadas e regulamentadas.

A opção pela abordagem qualitativa se justifica pelas contribuições que a metodologia qualitativa oferece à compreensão do objeto de estudo em suas múltiplas dimensões e interações com o universo de “significados, motivações, aspirações, crenças, valores, atitudes, ideologias, que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não são redutíveis a simples operação de variáveis, um nível de realidade que não pode ser apenas quantificado” (MINAYO, 2004, p. 21).

A noção de documento que subjaz a esta pesquisa corresponde à concepção veiculada pela Escola dos Annales, segundo a qual o documento não é um objeto neutro e acabado, mas um monumento que reflete as condições culturais de quem o produziu, da sociedade e do tempo onde vivia (LE GOFF, 1990). Tais documentos responderiam, dessa forma, a interesses específicos e comporiam um registro de funções variadas e complexas, que envolveria desde atividades administrativas corriqueiras, como a prestação de contas, até as concepções filosóficas e educacionais que perpassam o período, os interesses econômicos vinculados e jogos de poder.

No estudo em tela foram priorizadas fontes escritas, expressas por meio de documentos contemporâneos e de documentos retrospectivos (históricos) do campo da educação e da legislação educacional brasileira, além de projetos pedagógicos de cursos e relatórios técnicos institucionais do programa Pronatec, em Porto Velho/RO.

As fontes foram datadas e serializadas por tipo e fichadas em editor de texto eletrônico, com vistas a facilitar o manuseio das informações. Os dados quantitativos apresentados nas fontes foram tratados mediante estatística básica.

As análises foram procedidas com base em literatura concernente à temática, dentre as quais Kuenzer (1989, 2006), Kuenzer e Grabowski (2006), Frigotto (2006), Silva (2015), Costa (2015), Castione (2013) e Cassiolato e Garcia (2014) dentre outros. Educação e trabalho foram as categorias analíticas centrais do estudo.

A Educação é compreendida como fenômeno inerente aos seres humanos. Trabalho e educação não vivem dissociados quando se quer explicar a essência humana. O homem é o único ser que assegura sua existência a partir das atividades laborais, infere-se que essa faculdade o torna capaz de educar-se pelo trabalho. Ao processo de intervenção e transformação da ação do homem na natureza denomina-se trabalho. Avulta a questão que a educação é obra inerente aos seres humanos, assertiva corroborada por Saviani (2008, p. 11): “a compreensão da natureza educativa passa pela compreensão da natureza humana” Portanto somente o ser humano trabalha e educa, por conseguinte o trabalho é uma ação intencional do homem, visando um fim específico.

Conforme Antunes (2002, p. 121):

O trabalho desenvolve-se pelos laços de cooperação social existentes no processo de produção material. O ato de produção e reprodução da vida humana realiza-se pelo trabalho. É a partir do trabalho, em sua cotidianidade, que o homem torna-se ser social, distinguindo-se de todas as formas não humanas.

O trabalho é uma necessidade dos seres humanos, condição indispensável para sua existência. Insere-se, portanto, no campo da necessidade, caracterizando-se como condição para a liberdade. Ao produzir os bens materiais para a sobrevivência, o homem cria formas de produção diferenciadas, e esse legado é repassado através das gerações, que as assimila, modifica, transforma. Depreende-se que o homem não nasce sabendo e para fazer essa intervenção na natureza ele precisa ser educado. Dialeticamente, o ato de produzir do homem contribui para a sua formação, desencadeando, também, um processo educativo, o que instiga a associar a origem da educação com a origem do próprio homem.

Ao longo da História os modos de produção se sucederam de modo a atender às novas necessidades econômicas e políticas, e novos modos de produção foram desenvolvidos, sendo que a partir do século XVII intensificou-se a apropriação do trabalho humano pelos detentores

dos meios de produção. O valor de uso, que era predominante até então passou a ser substituído pelo valor de troca, e nesse processo, a própria força de trabalho humana tornou-se mercadoria.

Assim, o trabalho foi compreendido como atividade que expressa as potencialidades humanas e que, progressivamente, tem sido apropriado pelos detentores dos meios de produção, como valor de troca em detrimento dos valores sociais de uso (MARX, 2010).

No campo da EPT vigoram abordagens e entendimentos variados e divergentes acerca da relação educação e trabalho, sendo os mais facilmente identificáveis os que apresentam a educação profissional como proposta libertadora, que considera o trabalho como princípio educativo e ontológico, e os que a apresentam como mera transmissão de saberes operacionais. Dentre as propostas de viés progressista se destacam a da Escola Unitária (NOSELLA, 1992, 2015), e a do Ensino Médio Integrado (RAMOS; FRIGOTTO; CIAVATTA, 2005), que visam superar a dualidade presente no Brasil.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Programa Nacional de Acesso ao Emprego Técnico e Emprego – PRONATEC foi instituído pela Lei n. 12.513, de 26 de outubro de 2011 (BRASIL, 2011). Trata-se de um programa de governo voltado para a qualificação profissional de amplos setores da sociedade: jovens, mulheres, agricultores e populações tradicionais, trabalhadores urbanos e desempregados, dentre outros. A meta estabelecida para seu primeiro quadriênio foi alcançada e superada: mais de oito milhões de vagas foram ofertadas, embora a qualidade da educação fornecida seja passível de críticas, tendo em vista o formato dos cursos, as formas de oferta, a curta duração dos cursos e a ênfase em aspectos técnicos e profissionalizantes desvinculados de uma base propedêutica capaz de elucidar o complexo panorama contemporâneo do mundo do trabalho.

A gestão do Pronatec é realizada pelo MEC, por meio da SETEC e seu funcionamento é garantido pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE.

Compete ao FNDE a responsabilidade de efetuar o repasse de recursos para o custeio das atividades e coordenar o processo de prestação de contas. O repasse de recursos difere em virtude do tipo de instituição beneficiária: para as instituições parceiras

(instituições ofertantes) da rede federal de ensino a transferência orçamentária, na forma de “provisão” é realizada via SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira; para as instituições ofertantes dos SNA, das redes de ensino estaduais, municipais e privadas o repasse dos recursos financeiros é feito em conta específica, mediante ordem bancária.

À SETEC compete a coordenação nacional do Programa, o que abrange planejamento, formulação, monitoramento, avaliação e análise técnica das ações executadas por meio do programa. A gestão do Pronatec é efetuada por meio das seguintes instâncias: a) Comitê Permanente de Gestão e Controle Interno; b) Conselho Deliberativo do FNDE; c) Conselho Deliberativo de Formação e Qualificação Profissional; e d) Fórum Nacional de Apoio à Formação e Qualificação Profissional.

O objetivo geral traçado para este programa, conforme seu Art. 1º foi o de “ampliar a oferta de educação profissional e tecnológica, por meio de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira” (BRASIL, 2011). Se o objetivo parece justo, as estratégias para alcançá-lo foram criticadas desde antes da promulgação da Lei, quando ainda tramitava o Projeto de Lei 1209/2011, que lhe deu origem. Ao propor programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira evidencia-se a escolha política da presidente em criar uma proposta nova, que revele a contribuição de seu governo em relação à EPT, contudo, essa proposta, marcada pelo desejo de amplo alcance, indica ruptura com a política anterior, desenvolvida pelo governo do Partido dos Trabalhadores – PT por meio da gestão do ex-presidente Lula.

Enquanto Lula realizava fortes investimentos em infraestrutura, contratação de servidores para atuarem na EPT e na consequente ampliação da rede federal de EPT, mediante a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), Dilma Rousseff propôs como meta de seu governo em relação à EPT a expansão do número de vagas, e não da infraestrutura física e de pessoal permanente e qualificado para sua oferta (COSTA, 2015). Desse modo, reduziu os investimentos na rede federal de EPT, favorecendo os Serviços Nacionais de Aprendizagem – SNA, por meio de parcerias público-privadas, embora também tenha previsto a colaboração entre a União, os Estados e Municípios, conforme seu Art. 3º:

O Pronatec cumprirá suas finalidades e objetivos em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, com a participação voluntária dos serviços nacionais de aprendizagem, de instituições privadas e públicas de ensino superior, de instituições de educação profissional e tecnológica e de fundações públicas de direito privado precipuamente dedicadas à educação profissional e

tecnológica, habilitadas nos termos desta Lei. ([Redação dada pela Lei nº 12.816, de 2013](#)).

A transferência de recursos públicos para instituições de ensino privadas e para órgãos do serviço nacional de aprendizagem (Sistema S) é uma das principais críticas que se faz ao Programa (SILVA, 2015, COSTA, 2015). Todavia, não menos atenuante é a leitura acerca das implicações educacionais dessa escolha. De modo sintético, a oferta de cursos de Formação Inicial e Continuada – FIC, de carga horária básica de 160 horas, e de cursos concomitantes ao Ensino Médio é vista como falso compromisso em relação à formação do trabalhador. Conforme Saldanha

O PRONATEC ao priorizar a qualificação profissional concomitante ao Ensino Médio Público, mediante parcerias público-privado fragmenta os insuficientes recursos públicos e promove a descontinuidade em relação à concepção progressista de integração entre Ensino Médio e Educação Profissional. Interrompe o processo de travessia para a escola unitária e não enfrenta a problemática complexa da qualidade na escola pública (SALDANHA, 2012, p. 1).

Ademais, esse tipo de formação aligeirada, centrada nas competências técnicas que deve desenvolver para o exercício profissional não favorece sua emancipação, pois não lhe dá substrato para um conhecimento abrangente das questões socioculturais e econômicas que envolvem o mundo do trabalho. Mais uma vez, reserva-se à classe trabalhadora apenas a formação técnica (e agora ainda mais pontual), em detrimento de uma formação politécnica e omnilateral, capaz de capacitá-lo para a vida produtiva e cidadã em suas múltiplas dimensões. Nesse sentido, o Pronatec reforça a dualidade característica da política educacional brasileira.

Em estudo desenvolvido acerca do Programa em tela, Danilma Silva (2015) indicou haver, no campo ideológico, três grandes equívocos do governo brasileiro catalisados pelo Pronatec, a saber: (1) a subordinação da política educacional ao desenvolvimento econômico, (2) a defesa da qualificação profissional como garantia de empregabilidade, (3) a vinculação entre Ministério da Educação e Ministério do Trabalho. Ainda quanto aos objetivos do programa, a autora criticou seu objetivo explícito: (4) expandir a educação profissional por meio da parceria público-privado, e destacou objetivos implícitos (que a nosso ver não são objetivos, mas resultados da forma de concepção e operação do Pronatec): (5) a precarização dos vínculos de trabalho via contratação provisória de professores para atuar no Programa e a reafirmação da dualidade estrutural por meio de

cursos técnicos de nível médio na forma concomitante e cursos FIC de carga horária e componentes curriculares limitados.

Outro ponto criticado em relação ao Programa em comento se refere à carga horária dos cursos. Conforme Lima, Maciel, Ribeiro e Santos (2018, p. 189): “Chama atenção ainda a carga horária dos cursos, que em sua maior parte não ultrapassa 160h. Ou seja, o trabalhador é considerado qualificado após algumas semanas ou horas de preparo, desqualificando o próprio conceito de qualificação”.

Poder-se-ia acrescentar ao rol das críticas o caráter desconexo do Pronatec em relação à Educação Básica e à Educação Superior, pois como afirmam Kuenzer e Grabowski (2006)

[...] é imprescindível que se mantenham consolidados níveis de articulação e integração para que se possa ter consequência política e efetividade social, o que implica em articulação das políticas, dos órgãos públicos estatais, das escolas nos âmbitos federal, estadual e municipal e dos sistemas e redes de educação profissional (KUENZER; GRABOWSKI, 2006, p. 311).

Desse modo, o problema não reside apenas no formato do curso, em seu caráter aligeirado e de qualidade insuficiente, mas em ele não apresentar outras perspectivas, outras oportunidades educacionais. Seria positivo se seu currículo subsidiasse a retomada/continuação dos estudos e oportunizasse uma formação omnilateral.

Esse modelo de curso expresso no Pronatec associa-se às demandas econômicas que chegaram à porta do Estado brasileiro nos anos 2000.

Se levarmos em conta que durante a maior parte da vida republicana brasileira a ênfase conferida pelo Estado foi em relação à Educação Superior, legando a educação profissional e tecnológica a um tratamento secundário, descontínuo e ambíguo, e se considerarmos a nova posição econômica conquistada pelo Brasil durante o governo do PT, fica evidente a demanda do capital por mão de obra minimamente qualificada.

De 2004 a 2010 foram gerados no Brasil milhares de empregos formais. Ainda que de baixa remuneração, cerca de 1,5 a 3,0 salários mínimos esses empregos geraram otimismo social, aumentaram o poder de compra da população e contribuíram para a redução da pobreza e ampliação da classe média. Em face do perfil do desenvolvimento econômico referido o Estado brasileiro passou a se pronunciar de forma mais contundente em defesa da educação profissional e a ser indutor de políticas públicas para esse setor. Ao passo que atestava o compromisso de ofertar educação profissional para favorecer o desenvolvimento do capitalismo nacional, considerando-a recurso básico para o desenvolvimento do país, atribuía aos

indivíduos mais pobres a responsabilidade de aproveitar as oportunidades educacionais oferecidas e por meio delas alterar a história de vida individual e familiar.

Em discurso presidencial durante a formatura do Pronatec em Porto Alegre, em 11 de abril de 2014 a ex-presidente afirmou:

Quanto mais estudo a nossa população tiver, mais cada pessoa individualmente, sua família, viverá melhor, mas o Brasil precisa disso para poder crescer, para poder ser cada vez uma nação mais rica, realizando todo o seu imenso potencial. E aí nós temos de ter oportunidades, como a gente diz, da creche à pós-graduação. [...] E aí nós chegamos no ensino técnico. O ensino técnico é estratégico para o Brasil ser um país cada vez mais desenvolvido, para o Brasil ter capacidade de cada vez mais agregar conhecimento aos produtos, melhorar cada vez mais a produtividade do nosso trabalho e conseguirmos competir cada vez mais e melhor com os outros produtos produzidos nos outros países (Dilma Rousseff, informação oral, 2014).

Com base no exposto, a EPT é apresentada como estratégia para atender aos interesses do capital, como recurso para o desenvolvimento do país e garantia de empregabilidade. A promessa de ascensão social por meio de formação profissionalizante, embora seja aparentemente democrática, reforça a dualidade estrutura da Educação brasileira, na medida em que se dirige a uma classe social específica e confere a ela um saber prático e fragmentado, capaz de contribuir tão somente com a reprodução do *status quo*.

No encaço do argumento da ex-presidente, Viamonte afirma que a EPT é

[...] importante fonte de desenvolvimento econômico e propulsora no processo de reestruturação produtiva, capaz de proporcionar condições de inserção no mercado de trabalho à população inserida num contexto dominado pelas ideias da pós-modernidade e pelas novas exigências no que se refere à formação e à qualificação da força de trabalho (VIAMONTE, 2011, p. 33)

Na perspectiva acima apresentada, a EPT é vista como responsável pela dinamização e avanço dos processos produtivos e apta a promover a inclusão social das camadas menos favorecidas da sociedade.

Subjaz à perspectiva supra referida a teoria do Capital Humano (SCHULTZ, 1971), segundo a qual investimentos pessoais ou estatais em educação seriam por si só suficientes para a superação do quadro de instabilidade econômica e desigualdades sociais engendrados em função da inserção capitalista subalterna dos países subdesenvolvidos. Essa teoria, ao enfatizar a responsabilidade individual e o caráter meritocrático dos êxitos individuais, oculta problemas estruturais ao desenvolvimento desigual e combinado que afetam os sujeitos, como a redução de oportunidades educacionais, as limitações de qualidade, o desemprego e a precarização da

existência. Percebe-se, desse modo, aderência do discurso da ex-presidente a esta teoria econômica.

Mas não somente Dilma Rousseff deixou transparecer tal entendimento, pois esse se expressa de modo geral no amplo conjunto das políticas públicas de Educação no Brasil. O que ocorre de fato na Educação brasileira é um avanço do neoliberalismo, empenhado na retração do Estado e no aniquilamento dos direitos sociais conquistados. As políticas neoliberais, ao alterarem a base material da organização social, radicalizam as formas de exclusão e, simultaneamente, refinam as noções derivadas da teoria do Capital Humano, produzindo novas crenças, dentre as quais, a crença na meritocracia e na redenção do empreendedorismo.

Feita esta contextualização, passa-se a pontuar informações sobre o Pronatec no recorte empírico desta pesquisa: o IFRO – Campus Porto Velho Calama.

No IFRO, os cursos ofertados pelo Pronatec revelaram-se adequados às demandas do mercado local e ao perfil econômico da região, o que atesta o compromisso institucional em relação a esses atores. O atendimento a essas demandas é o esperado das instituições públicas na atual configuração do Estado brasileiro; a crítica que se tece refere-se ao fato de algumas instituições se limitarem à esse papel, quando poderiam ser fomentadoras de novos cenários econômicos e sociais e demonstrar compromissos com a efetiva emancipação da classe trabalhadora.

Foram ofertados no Campus Porto Velho Calama os seguintes cursos no triênio 2016 a 2018:

Gráfico 1. Cursos no triênio 2016 a 2018.

Ano	Curso	Matriculados	Mulheres formadas	Homens formados	Total de formados (as)	Total de cursos ofertados
2016	Técnico em Informática Concomitante ao Ensino Médio	28	02	05	07	01
2017	Agricultor Familiar	29	–	18	18	8
	Horticultor Orgânico	30	08	02	10	
	Higienista em Serviços Públicos	35	08	–	08	
	Recepcionista em Serviços Públicos	38	06	–	06	
	Agente de Combate às Endemias	40	20	–	20	
	Açaicultor	29	15	13	28	
	Agente de	32	22	04	26	

	Desenvolvimento Socioambiental					
	Manejador de florestas	32	03	11	14	
2018	Higienista em Serviços de Saúde	42	20	07	27	02
	Recepcionista em Serviços de Saúde	42	34	02	36	

Fonte: Coordenação do Curso de Ciências Biológicas do CAFS.

A maioria dos cursos ofertados pelo Pronatec no Campus Calama foram, portanto, de tipo FIC. Apenas um curso Concomitante ao Ensino Médio foi oportunizado.

Os cursos FIC de Higienista em Serviços Públicos, Recepcionista em Serviços Públicos e Agente de Combate às Endemias acima identificados foram ofertados por meio do Pronatec Mulheres Mil, e destinados exclusivamente ao público feminino. Os demais contaram com turmas mistas, com exceção do FIC de Agricultor Familiar, cuja turma foi formada integralmente por homens residentes na região ribeirinha do Lago do Cuniã.

O montante de recursos disponibilizado aos cursos do Pronatec ofertados pelo Campus Porto Velho Calama totalizou R\$: 569.651,73, sendo que a distribuição, por ano encontra-se assim representada:

2016 – R\$ 202.900,00.

2017 – R\$ 238.191,29.

2018 – R\$: 128.560,44.

Não foi possível acessar informações detalhadas sobre as áreas de investimento desses valores. Sabe-se, todavia que o valor pago aos docentes, supervisores e coordenadores varia conforme a carga horária de trabalho atinente a cada função, e que o valor do auxílio pago aos estudantes, R\$: 10,00 por dia de aula é insuficiente para cobrir, nos espaços urbanos, os custos com transporte, alimentação e aquisição de material escolar.

Do total de estudantes formados no Campus Calama pelo Pronatec 138 foram mulheres e 62 foram homens, o que pode ser explicado em razão da oferta de três turmas exclusivamente femininas ao longo do período estudado.

Os cursos ofertados mediante o referido Programa contribuíram para a qualificação profissional de cidadãos, ribeirinhos e reeducandos do sistema prisional, todavia não foram localizadas informações a respeito da situação dos egressos. Não se sabe, dessa via, se tais cursos contribuíram para o atendimento dos objetivos econômicos do Programa.

A ausência de um banco de dados público e a dificuldade de acesso à informação junto aos gestores locais do Programa são fatores que limitaram o desenvolvimento desta pesquisa e são fatores que precisam ser aprimorados caso se dê continuidade ao Programa.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Pronatec configura-se como programa de governo voltado para a qualificação profissional de amplos setores da sociedade: jovens, mulheres, agricultores e populações tradicionais, trabalhadores urbanos e desempregados, pessoas em conflito com a Lei, dentre outros. A meta estabelecida para seu primeiro quadriênio foi superada, tendo havido mais de oito milhões matrículas.

Embora esse programa tenha alcançado excelente territorialização e contribuído com a qualificação profissional de milhares de estudantes em todo o Brasil, ele é alvo de contundentes críticas, que envolvem desde o formato dos cursos (FIC e Médio Concomitante), o repasse de recursos públicos para entes privados, a precarização dos vínculos trabalhistas em função de contratos provisórios, deu-se em desalinho com a Educação Básica e Superior e sua subordinação ao desenvolvimento econômico.

Do ponto de vista formal, tais cursos enfatizam os aspectos técnicos e profissionalizantes, de maneira desvinculada de uma base propedêutica sólida - que é indispensável para a elucidação dos cenários complexos do mundo do trabalho. Do ponto de vista ideológico, respondem à crenças vinculadas à teoria do Capital Humano e operam uma correlação simplista entre capacitação profissional, empregabilidade e ascensão econômica,

desconsiderando os vários fatores conjunturais e estruturais que incidem sobre a questão do trabalho, do emprego e da renda na América Latina. Desse modo, pode-se afirmar que o Pronatec reproduz a dualidade estrutural que marca a educação no Brasil, e que essa mesma dualidade este presente nos cursos ofertados por meio deste programa do IFRO – Campus Porto Velho Calama.

O desenvolvimento deste estudo, no âmbito do ProfEPT, por docentes e colaborador do quadro se mostrou exercício pertinente para a construção de um conhecimento aproximativo dessa política pública Para os estudos posteriores acerca da temática em tela recomenda-se aprofundar a reflexão sobre as práticas pedagógicas engendradas pela Pronatec, bem como discutir o perfil dos egressos formados no referido programa.

5 REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. (2002). **Adeus ao trabalho: ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 8. ed. São Paulo: Cortez.

BRASIL (2011). Senado Federal **Lei n. 11.513/2011**. Brasília.

CASSIOLATO, M. M. C.; GARCIA, R. C. (2014) PRONATEC: múltiplos arranjos e ações para ampliar o acesso à educação profissional. Texto para discussão 1919. Rio de Janeiro: IPEA.

CASTIONI, R. (2013) Planos, Projetos e Programas de Educação Profissional: agora é a vez do Pronatec. **Revista Sociais e Humanas**, v. 26, n. 1 . Disponível em: <http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/sociaisehumanas/article/view/5921> Acesso em 04/07/2015.

COSTA, F. C. (2015) **O Programa nacional de acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) e a educação escolar da classe trabalhadora**. Dissertação de Mestrado. Fundação Oswaldo Cruz, Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. Rio de Janeiro.

FRIGOTTO, G. (2006). **A produtividade da escola improdutiva**. São Paulo: Cortez, 2006.

GIL, A. C. (2002) **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas.

KUENZER, A. Z. (1989). O trabalho como princípio educativo. **Cad. Pesq.**, São Paulo, 21-29.

KUENZER, A. Z.; GRABOWSKI, G. (2006). Educação Profissional: desafios para a construção de um projeto para os que vivem do trabalho. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 24, n. 1, p. 297-318, jan/jun.

LE GOFF, J. (1990). **História e memória**. Campinas: Editora da UNICAMP.

LIMA, M. (2012). **Problemas da educação profissional do governo Dilma: PRONATEC, PNE E DCNEM. Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v.21, n.2, p.73-91, mai./ago.

LIMA, M.; MACIEL, S. L.; RIBEIRO, A. P. F.; SANTOS, J. R. (2018). Pronatec: para que e para quem? **Holos**, ano 34, vol. 8.

MARX, K. (2010). **O Capital: crítica da economia política**. (tradução de Reginaldo Sant'Anna). 27 ed. Rio de Janeiro: RJ, Civilização Brasileira.

MINAYO, M. C. S. (Org.) (2004). **Pesquisa Social: Teoria, Método, e Criatividade**. Petrópolis: Vozes.

NOSELLA, P. Ensino médio unitário ou multiforme? **Revista Brasileira de Educação**, v.20, n.60, jan.-mar. 2015.

NOSELLA, P. **A escola de Gramsci**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

PÁDUA, E. M. M de. **Metodologia da pesquisa: abordagem teórico-prática**. 2. ed. Campinas: Papiros, 1997.

RAMOS, M. N.; FRIGOTTO, G. CIAVATTA, M. **Ensino Médio Integrado: Concepção e Contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

ROUSSEFF, D. (2016). Discurso da presidenta da República Dilma Rousseff durante cerimônia de lançamento do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e emprego. 2011. Recuperado a 22 julho, 2016, de <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-oplanalto/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilmarousseff-durante-cerimonia-de-lancamento-do-programa-nacional-de-acesso-ao-ensinotecnico-e-ao-emprego>

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica**. 10. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

SCHULTZ, T. W. **O Capital Humano: Investimentos em Educação e Pesquisa**. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1971.

SALDANHA, L. .L. W. O Pronatec e a relação ensino médio e educação profissional. **Anais IX ANPED SUL**, 2012. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/1713/141>> Acesso em 10 mai. 2019.

SILVA, D. de M. **Desvelando o PRONATEC: uma avaliação política do Programa**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte: Programa de Pós-graduação em Educação. Natal: 2015.

VIAMONTE, P. F. V. S (2011). Ensino profissionalizante e ensino médio: novas análises a partir da LDB 9394/96. **Educação em Perspectiva**, Viçosa, v. 2, n. 1, p. 28-57, jan./jun.